

CARACTERIZANDO OS GOVERNOS “PÓS - NEOLIBERAIS” LATINO-AMERICANOS.

Gonzalo Adrián Rojas*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar um debate no campo da teoria política que permita uma análise dos processos políticos latino-americanos focando as articulações entre classes sociais, frações de classe e bloco no poder nos governos “pós-neoliberais latino americanos. Os governos de quatro países durante o período denominado "pós-neoliberal": Argentina nas presidências dos Kirchner, Brasil na de Lula, Bolívia na de Morales e Venezuela na de Chávez. Entendemos rupturas e continuidades em relação ao período anterior e comparar. Usamos conceitos para entender as relações entre classes, frações de classes, governo e Estado que caracterizam de forma específica cada um destes governos e suas inter-relações com o imperialismo. Utilizaremos hipóteses para caracterizar estes governos.

Palavras-chave: Latino-America, Estado, crises, governos "pós-neoliberais" e processos políticos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento sobre os governos “pós-neoliberais” na América Latina e se bem em particular corresponde fundamentalmente a parte teórica da mesma tem conseqüências na análise dos processos políticos estudados, já que pretende a partir desta discussão melhorar as hipóteses sobre a caracterização destes. A “nova” situação política na América Latina, que leva já mais de uma década, se deve a diversos conflitos que o próprio modelo neoliberal gerou e iniciou indagações e debates sobre o caráter desses governos, sendo que sua emergência ocorre em uma conjuntura de crises econômicas e políticas. Os governos de quatro países durante o período denominado "pós-neoliberal" serviram como exemplos: Argentina nas presidências dos Kirchner, Brasil na de Lula, Bolívia na de Morales e Venezuela na de Chávez. O objetivo geral deste trabalho é realizar um debate no campo da teoria política que permita uma melhor análise dos processos políticos focando em conceitos como populismo, bonapartismo e democracia. A partir de nossa interpretação do XVIII Brumário de Luis Bonaparte de Marx e a diferenciação gramsciana entre bonapartismo e cesarismo problematizaremos as abordagens de Poulantzas e

* Professor de Ciência Política na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) no Centro de Humanidades (CH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG). Líder de PRAXIS. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina.

Losurdo sobre o conceito, tentando entender seu valor explicativo quando são utilizados na análise dos processos políticos em relação a nosso objeto de estudo. A democracia, entendida como um regime político democrático-liberal, mais o menos extensa em função da cristalização institucional das relações de força entre classes e frações de classes que se expressa no regime político de cada país, será interpretada em este trabalho em relação aos conceitos de populismo e bonapartismo. Isto tem relevância em dois sentidos: em termos teóricos permite uma adequada conceituação, na medida que esses conceitos ao ser utilizados de forma general perdem valor explicativo e em termos de análise político tanto no interior dos países e como campo política comparada segundo Chilcotte. Caracterizando melhor estes governos e com uma adequada conceituação aprofundamos o entendimento destes processos políticos, podendo marcar rupturas e continuidades, em relação ao período anterior em cada país, comparando e melhorando nossas hipóteses. Nesta perspectiva os conceitos estudados entregam elementos para entender as relações entre classes, frações de classes, governo e Estado que caracterizam de forma específica cada um destes governos em suas formações econômico-sociais e suas inter-relações no cenário global. A metodologia utilizada será qualitativa e o método será comparativo e incluirá a análise de casos. É um trabalho que gera hipóteses sobre essa série de casos, entendendo que desta maneira pode-se contribuir para a construção de teoria na ciência política. O objetivo de focar nossa análise em uma amostra pequena de casos é para aprofundar as análises.

OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS E FONTES

De acordo com o marco teórico geral, as teorias das classes e as teorias políticas poulantzianas, este estudo utilizará as teorias da economia política comparada. Esta teoria assume como critério a necessidade de reconstrução de uma política comparada e uma ciência política no marco de um paradigma alternativo. No plano epistemológico a teoria economia política comparada postula que a política comparativa integra todas as principais questões da política e que o estudo da política não pode ser isolado das questões sociais e econômicas (Chicolte: 1998). Contudo, a literatura dominante na ciência política e na teoria política comparada com frequência não releva estas proposições. Esta linha de pesquisa permite incluir questões estruturais (econômicas, materiais) e superestruturais (políticas e ideológicas), enfocando, em termos comparativos, as relações entre o Estado (os governos “pós-neoliberais”) e as classes (as frações de classes), sob o pano de fundo da economia

política internacional. Também permite o estudo dos movimentos sociais e da luta pelo poder político, assim como entender as políticas públicas como produto dessa luta.

A metodologia utilizada será qualitativa e o método será comparativo e inclui a análise de casos. É um estudo que gera hipóteses sobre essa série de casos, entende-se que desta maneira pode-se contribuir para a construção de teoria na ciência política. Nosso tema será abordado em um universo de cinco países latino-americanos com governos denominados “pós-neoliberais”: Argentina, sob o governo de Kirchner (2003)¹; Brasil, sob Lula (2002); Venezuela, sob Chávez (1999); Bolívia, sob Morales (2005) e Chile, sob Bachelet (2006). O objetivo de focar nossa análise em uma amostra pequena de casos é porque permite realizar uma análise mais profunda que superficial.

Serão inferidos os casos de Uruguai sob Vázquez (2005-2009) e Equador sob Correa (2007) da seguinte forma: Uruguai, em comparação com o Brasil e com Chile, o primeiro pela ausência de questionamento às políticas macroeconômicas neoliberais, ainda que existam políticas compensatórias e com o segundo, pela participação no governo de partidos socialistas e pelos acordos bilaterais com os Estados Unidos. Da mesma forma o Equador, será comparado com a Venezuela e a Bolívia, a primeira, por ter como características uma liderança personalista, uma organização política frágil, a construção de mudanças de “cima para baixo” e a segunda, pela importância política dos movimentos sociais indígena e camponês.

Os procedimentos mais pertinentes para obter a evidência empírica daquilo que pretende-se investigar em termos de técnicas de produção de dados incluirá um conjunto de fontes secundárias: a) bibliografia sobre os temas; b) diversas revistas e periódicos latino-americanos que se referem a esses governos e movimentos sociais; c) informações e documentos fornecidos pelos governos, organizações políticas e corporações dos países estudados, disponibilizados em sites da internet e e) entrevistas. Os elementos empíricos serão submetidos a uma estratégia de análise à luz da teoria-guia que dá sustentação a este estudo.

QUESTÕES TEÓRICAS GERAIS E HIPÓTESE PARA CARACTERIZAR OS GOVERNOS “PÓS-NEOLIBERAIS” NA AMÉRICA LATINA

Pare elaborar nossas hipóteses vamos do plano teórico geral a trabalhar com conceitos menos abstratos que servem de mediação entre as questões gerais e os estudos de caso empíricos. Tentamos construir mediações. Com este intuito No plano teórico geral, serão

tomadas como referência às teorias das classes e política de Poulantzas, entendendo as formações econômico-sociais latino-americanas em suas relações com a cadeia imperialista (Poulantzas 1976 e 1999). No nível comparativo, utilizar-se-á da teoria da economia política comparada (Chilcote: 1998). Esclarecemos que não se pretende fazer um análise economicista senão no campo da sociologia política.

A noção governos “pós-neoliberais”, não é uma categoria de análise e será usada como uma figura política, como uma noção flexível, que nos permita diferenciar Kirchner de Menem na Argentina, “Lula” de Cardoso no Brasil, Chávez de Pérez na Venezuela, Morales de Sánchez de Losada na Bolívia, Bachelet de Pinochet no Chile, Correa de Bucaram no Equador e Vázquez de Sanguinetti no Uruguai. Ao formulá-lo como uma pergunta, isso exclui considerar *a priori* que esses governos tenham deixado de ser neoliberais, senão que, por diferentes razões, tendo esgotado em grande medida a “legitimidade democrática tradicional” dessas políticas, devem realizar algumas mudanças nos planos: econômico, político e social e adaptar-se discursivamente, em diferente medida, a uma prédica em termos ideológicos de tom “pós-neoliberal”. Esta noção é preferível, na falta de um conceito melhor, que as de “progressistas” ou “centro-esquerdistas” usados também para caracterizar estes governos (Elías: 2006, Katz: 2006 e Borón: 2006)

As burguesias dos países latino-americanos, apenas podem ser analisadas no contexto da internacionalização das relações capitalistas, considerando América Latina como um campo específico de estudo. Neste marco, buscar-se-á entender a questão dos governos “pós-neoliberais” na região, considerando suas respectivas formações econômico-sociais.

Os principais conceitos teóricos poulantzianos utilizados serão fração de classe e bloco no poder, os quais permitem analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais com os governos “pós-neoliberais”. Parte-se do suposto que a burguesia não é uma classe homogênea, que tem divisões estáveis que serão denominadas frações e que o bloco no poder é a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma destas.

As frações burguesas serão conceituadas como:

a) burguesia compradora, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro;

b) burguesia nacional, que é uma fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo deste na estrutura e na

superestrutura ideológica e política, o que gera como efeitos políticos uma posição anti-imperialista e/ou populista;

c) burguesia interna, a qual convive com a burguesia compradora e não possui as características estruturais da burguesia nacional, depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior formação econômico-social de seu país, existem contradições com o capital norte-americano sem poder ser autônomo deste, tenta exercer seus efeitos sobre os aparatos de Estado em suas relações com o mencionado capital;

d) burguesia de Estado², que tem a particularidade de nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia. Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal (Mutti e Segatti, 1979)

A hipótese central deste projeto é que na América Latina existem três blocos de governos “pós-neoliberais”, cujas diferenças consistem em qual é a fração de classe fortalecida no interior do bloco no poder nos governos estudados. Nos blocos a) e b) entendemos que existe uma ilusão desenvolvimentista. Procuraremos analisar que tem de desenvolvimentistas estas propostas e se existem por parte de estes governos propostas de desenvolvimento alternativas. Portanto, dividiremos os países estudados em três grupos e formularemos três hipóteses secundárias:

a) a primeira hipótese secundária é que o Brasil e a Argentina, países historicamente mais industrializados, apresentam um bloco no poder no qual a fração da grande burguesia interna melhorou sua posição relativa no interior deste, mas não conquistou a hegemonia, dado que até o momento essa continua sendo do grande capital financeiro nacional e internacional. Este fortalecimento da burguesia interna permite uma transformação no interior do modelo, nas relações de força entre as frações de classe, mais que uma mudança do próprio modelo.

Na política externa regional, ambos os países, participam não sem conflitos entre eles, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) opondo-se ao Acordo de Livre Comércio para as Américas (ALCA) e tendo uma relação controversa frente à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Paralelamente, no plano social, em distinção das propostas políticas neoliberais ortodoxas, aplicam-se políticas compensatórias, ativas em matéria social. Existe

uma mudança nas políticas públicas, procuraremos verificar se são ou não são políticas estruturantes. No caso brasileiro, estas políticas públicas compensatórias, priorizam os setores populares desorganizados sobre os organizados, aos quais se tenta esboroar benefícios, como foi o caso da reforma previdenciária do governo de Lula. No caso argentino, o governo também realiza políticas sociais ativas, mas o Estado usa mecanismos de cooptação das organizações de desempregados, privilegiando aquelas que estão em conformidade com as políticas governamentais frente às opositoras, as quais são “sancionadas” com a retirada do controle dos planos sociais e sua criminalização.

b) a segunda hipótese secundária é que Venezuela e Bolívia, países com um baixo desenvolvimento capitalista e uma riqueza baseada nos recursos naturais, petróleo e gás, assistem a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante no bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. No primeiro caso, emerge impulsionada por uma fração das Forças Armadas que tenta construir o movimento popular e, no segundo, tem como ponto de partida os movimentos sociais, fundamentalmente o camponês-indígena. Em ambos os países, observamos um processo de nacionalizações e de empoderamento do Estado com o objetivo de obter um novo modelo produtivo, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares.

Na Venezuela se constrói uma força social de “cima para baixo”, em um contexto de ausência de importantes organizações sociais pré-existentes. Pretendemos problematizar a possibilidade de construir o movimento social desde o Estado. O governo Chávez é um emergente do “Caracazo” no marco do colapso do sistema político, institucionalmente democrático, bi-partidarista que funcionou com alternância durante quarenta anos. Na Bolívia, ao contrário, a construção se realiza de “baixo para cima”, e os movimentos sociais conseguiram transferir sua força social ao plano político. É um caso no qual as tradições e as tradicionais comunidades “pré-capitalistas”, servem como base organizativa camponês-indígena no interior do neoliberalismo para tentar formar um novo bloco no poder. As políticas externas de ambos os países cristalizaram a formação da ALBA com um discurso antiimperialista; ao mesmo tempo em que adotam um conjunto de políticas sociais e cidadãs de inclusão social.

c) a terceira hipótese secundária é que no Chile, o setor hegemônico no bloco no poder é a burguesia compradora integrada ao imperialismo estadunidense. Haveria uma continuidade nas relações de força no interior do bloco no poder herdada do pinchetismo, no marco de uma economia complementar à dos Estados Unidos. Isso se articula com um Tratado de Livre Comércio bilateral baseado nas exportações de recursos naturais, nas quais,

em troca de benefícios na venda de frutas, pescados, madeiras e minerais, se mantêm um nível de proteção tarifária menor ao de qualquer outro país sul-americano (Cf. Katz 2006). Este é o caso de maior aprofundamento e legitimidade das políticas neoliberais entre os países estudados. Os movimentos estudados serão de jovens urbanos e o “movimento mapuche”.

NOSSAS HIPÓTESES FRENTE ÀS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS E AS INTERPRETAÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA HEGEMÔNICA

A bibliografia sobre os governos “pós-neoliberais” se limita a poucos estudos ou ensaios recentes e, em geral, compilações, que centram na relação dos movimentos sociais com os sistemas políticos na América Latina (Mirza: 2006); nas discussões sobre o caráter “progressista” ou não dos mesmos (Elías: 2006); heterogêneos trabalhos sobre a história recente da América Latina (Caetano: 2006) ou sobre as relações contemporâneas entre neoliberalismo e setores dominantes (Basualdo e Arceo: 2006) assim como tipologias para agrupar em blocos de poder as esquerdas contemporâneas (Petras: 2007). Outras pesquisas tomam aspectos parciais de temas gerais e, em síntese, a produção acadêmica é desigual entre os países. Todas são importantes contribuições, mas não têm como objeto o tema desta pesquisa.

Mirza tem como objetivo estudar a relação dos movimentos sociais com os sistemas políticos na América Latina. Articula o exame da ação social coletiva dos principais movimentos sociais de sete países, com o paradigma neoinstitucionalista, tomando o conceito de institucionalização de Mainwaring e Scully para medir e comparar os sistemas de partidos (Mainwaring e Scully: 1995). As hipóteses centrais são que uma autonomia frágil ou ausente dos movimentos sociais os torna incapazes de ativar processos democráticos enraizados na sociedade civil, comprometendo sua legitimidade e credibilidade social; enquanto que, pelo contrário, a autonomia dos movimentos sociais com relação ao Estado e aos partidos políticos os habilita a gerar alternativas de construção democrática sobre novas bases. O autor, quando se refere aos movimentos sociais, aos partidos políticos e ao sistema político, utiliza a categoria conflito social de uma forma muito geral para delimitar controvérsias na distribuição de poder, recursos e disputa pelos rumos da democracia. Ao desconsiderar critérios como conflito de classe e de fração de classe, os conceitos se diluem, ficando o conflito restrito ao âmbito institucional, a sua relação com o sistema político. Esta abordagem, em nosso caso, nos impediria ver as articulações, com suas devidas mediações, entre frações de classe – bloco no poder – governos “pós-neoliberais”. Além disso, o conceito

institucionalização, que Mainwaring e Scully tomam de Huntington, entendendo-o como o processo pelo qual as organizações e os procedimentos adquirem valor e estabilidade, central em comparações quantitativas, não permite realizar uma análise qualitativa como o pretendido aqui e descarta a articulação de organizações corporativas e movimentos sociais em uma frente no bloco no poder.

Elías reúne as reflexões de quinze intelectuais críticos e sindicalistas de oito países da América Latina, participantes de um encontro organizado pelo Plenário Intersindical Nacional – Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT) de Uruguai em agosto de 2005. O debate centrou em três eixos:

- a) a identificação e a análise das mudanças realizadas pelos novos governos;
- b) os impactos e as tendências dessas transformações e
- c) as perspectivas e agenda alternativa.

O argumento dos organizadores, elaborado para o Uruguai, mas que foi utilizado para caracterizar a outros governos “pós-neoliberais”, é que estes governos seriam governos em disputa, em construção, que se encontram em uma situação fluida por sua própria composição social e ideológica. Para esta pesquisa, este é um tipo de reflexão que não permite caracterizar as frações de classe potencialmente em disputa no marco dos governos “pós-neoliberais”.

Caetano, por sua vez, agrupa onze trabalhos de quatorze pesquisadores de sete países latino-americanos que formam o Grupo de Trabalho (GT) sobre História recente do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) e está dividido em duas partes. A primeira refere-se aos *Processos* e centra-se em estudos de caso sobre os movimentos de protesto e transformação política na Venezuela, Argentina, Guatemala e Chile; enquanto que a segunda se remete à *Renovação de atores e agenda* e é mais heterogênea, já que aborda, entre outros temas, as mudanças da representação a partir do distanciamento entre a cidadania e as instituições nas democracias latino-americanas, as relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro e as novidades e continuidades no movimento de piqueteiros e trabalhadores ocupados na Argentina. Em seu conjunto, fornece um panorama útil e eclético da história recente da região e contém um trabalho de Boito Jr., no qual se investiga como o novo modelo econômico afetou as relações entre as classes e as frações de classe na sociedade brasileira, ressaltando que o neoliberalismo brasileiro entrou em uma nova fase, que corresponde a importantes ajustes nas relações de classes e de poder típicas do conjunto do período neoliberal (Boito Jr. em Caetano 2006).

Basualdo e Arceo reúnem dez trabalhos de doze pesquisadores de cinco países latino-americanos e um francês que formam parte do GT sobre Setores dominantes de Clacso.

Buscam entender as características e os limites do regime de acumulação de capital em que se apóia a fração hegemônica e os condicionantes que enfrentam a ação dos partidos políticos que ocupam o centro da cena política, os quais, não expressariam a hegemonia de um bloco alternativo, nem auxiliariam em sua estruturação. É uma perspectiva que privilegia o processo contemporâneo de formação dos setores dominantes no Brasil, Venezuela, Equador e Argentina. A primeira parte é mais geral, enquanto que a segunda, incorpora as análises dos países mencionados. A análise crítica destes estudos de caso é o mais relevante para nosso enfoque. A proposta de retomar as análises sobre as classes dominantes na América Latina, praticamente abandonadas nas últimas duas décadas, é um aporte em si mesmo, no entanto, encontram maiores dificuldades para explicar a defasagem entre economia e política.

Petras divide em quatro os blocos de poder na América Latina de acordo com os graus de oposição ou adequação aos interesses norte-americanos:

- a) a esquerda radical;
- b) a esquerda pragmática;
- c) os neoliberais pragmáticos e
- d) os neoliberais doutrinários.

Este trabalho organiza uma classificação, mas ao não definir o que se entende como bloco de poder, que não é sinônimo de bloco no poder, coloca em um mesmo nível e de maneira simétrica governos, movimentos sociais e partidos políticos, mesclando-os em uma mesma categoria, o que dificulta a caracterização das frações de classe no bloco no poder.

Na América Latina encontra-se um nítido contraste entre a crise de legitimidade das formas representativas das institucionalizações democráticas e a ampla legitimidade dos governos “pós-neoliberais”. Esta fragilidade institucional se manifesta em que nos últimos dez anos quatorze presidentes eleitos não concluíram seus mandatos, enquanto que, nas últimas eleições nacionais, os governantes pós-neoliberais triunfaram.

A conjuntura regional está atravessada pela reconfiguração do atual poder político no interior dos espaços nacionais, pelo surgimento de “novos” atores sociais heterogêneos que interagem com os “velhos”, por alterações nas relações das frações de classe no bloco no poder, por mudanças institucionais e extra-institucionais e pela articulação de identidades culturais que começaram a expressar-se politicamente.

Nos casos brasileiro e boliviano, por exemplo, desde o plano dos setores subordinados, é a primeira vez que alguém que não formou parte das elites chega à presidência. É importante destacar que o governo de Lula é a expressão tardia de um conjunto de lutas dos movimentos sociais, mas que triunfa eleitoralmente no momento de baixa das mesmas. Esta

situação contrasta com a boliviana, na qual os movimentos sociais alcançam o governo em seu momento de alta. As conseqüências são diferenças na influência dos variados setores da sociedade sobre os partidos políticos, porque são as formas e as dinâmicas dos conflitos um dos fatores que condicionaram as organizações políticas que chegarão ao Estado e suas políticas.

Na bibliografia geral, afirma-se que nos discursos desses governos existe uma mudança na retórica frente ao modelo neoliberal, o que é um elemento ideológico e político significativo, mas não substantivo (Boron: 2006). No Brasil, isto está expresso na formulação da necessidade de erradicar a fome, no apelo aos pobres e inclusive na crítica as privatizações; na Argentina na menção a necessidade de mudança e de fortalecer o Estado frente às desigualdades do mercado; na Bolívia e Venezuela enfatizando as idéias de soberania nacional e de “cidadanização” das massas, reforçando o papel do Estado e incluindo elementos anti-imperialistas; e no caso chileno propondo para o futuro a construção de uma pátria inclusiva.

Em relação aos movimentos sociais será realizado um análise crítico do trabalho de Maria da Gloria Gohn.

Para realizar esta pesquisa foram considerados diversos estudos institucionalistas, como os de Scott Mainwaring e Timothy Scully, assim como os “clássicos” de Bertrand Badie e Guy Hermes sobre política comparada (Cf. Badie e Hermes: 1993) e os de Juan Linz e Alfred Stepan sobre a transição e a consolidação das democracias na América Latina e no sul europeu (Cf. Linz e Stepan: 1999). Em geral, por diferentes razões, são teorias nas quais encontra dificuldades para situar o objeto de estudo proposto. Ao priorizar o estudo das instituições, o nível de institucionalização, os regimes políticos e os sistemas políticos todos eles mantêm a separação entre política, economia e sociedade, o que não se enquadra na perspectiva epistemológica deste projeto.

O enfoque central procura abordar o estudo das classes, das frações das classes e sua relação com o Estado, com os governos “pós-neoliberais”, os movimentos sociais, as ideias desenvolvimentistas, pretendendo recuperar o papel central do Estado no capitalismo, frente às teorias dos sistemas. Por esse motivo, diferente da ciência política tradicional, não será considerado o sistema político como o centro do estudo.

Paralelamente serão analisadas a expressão política de algumas identidades culturais nos países estudados, mas não será considerado que são os tipos de cultura política as que caracterizam os sistemas políticos como afirmam as teorias da cultura. A escolha de uma teoria das classes sociais em termos poulantzianos, como está mencionada na parte

correspondente das hipóteses, permite articular as relações entre sociedade civil (onde “se encontram” as frações de classe e os movimentos sociais) e o Estado (o *locus* dos governos “pós-neoliberais”). As teorias das classes, elaboradas pelos teóricos das elites e aquelas que têm sua fundamentação no “compreensivismo weberiano”, dificultam a articulação pretendida. Os teóricos elitistas porque em uma de suas versões consideram que é uma minoria a que toma as decisões principais em uma sociedade o que exclui a possibilidade que novos atores sociais formem parte de um bloco do poder e em sua versão pluralista opõe a ideia de elite pluralista a de classe dominante, deixando de lado as frações de classe dessas elites. Os “compreensivistas weberianos” tem uma teoria das classes na qual estas se encontram no mercado, o que deixa de lado as relações com o Estado.

ANÁLISE DA LITERATURA POR PAÍSES SEGUNDO NOSSO OBJETO

a) Argentina: Segundo Boron, existe um abismo que separa o discurso de Kirchner de sua política econômica, que continua sendo neoliberal (Cf. Boron em Elías: 2006) Pelo contrário, para Gak, o governo argentino seria algo positivo frente às possibilidades de uma recomposição política por parte de uma direita dura expressadas por Menem, Rodríguez Saa ou De la Sota, todos, como Kirchner, peronistas. Segundo Gak, não se pode ver o governo de Kirchner como uma continuidade lisa e plena de todo o anterior (Gak em Elías: 2006). Lozano situa o surgimento do kirchnerismo no marco de uma crise de hegemonia dos setores dominantes e de uma forte mobilização social e considera que constitui em si mesmo uma derrota político-ideológica do neoliberalismo. Realiza mudanças político-institucionais no Poder Judicial, na área de direitos humanos e, em menor medida, no terreno econômico, mas em sua busca de uma burguesia nacional pactua com atores neoliberais e utiliza como instrumento o próprio Partido Justicialista (PJ), peronista, em seu momento menemista e duhaldista, tentando impedir ou enquadrar a mobilização social (Lozano em Elías: 2006). A leitura de Borón nos permite entender a derrota discursiva do neoliberalismo no país e a análise de Lozano nos fornece elementos para entender as relações das frações de classe com o Estado, ao contrário, a idéia de ruptura em Gak nos levaria a supor que se formou um novo bloco no poder, o que não se demonstra. Reafirmamos nossa hipótese na qual consideramos que é uma mudança no interior do modelo que fortaleceu a burguesia interna, mas no interior do próprio bloco no poder, que permitiria explicar a continuidade de uma política econômica hegemônica neoliberal.

b) Brasil: Encontram-se três leituras sobre o significado do governo de Lula. Uma expõe que é a continuidade e o aprofundamento do modelo neoliberal nos mesmos termos do governo Cardoso; outra argumenta o contrário, afirmando que existe uma ruptura na política econômica de ambos; e, em terceiro lugar, estão aqueles que sustentam que este governo expressaria uma mudança no interior do modelo e não uma mudança de modelo.

A hipótese central de Oliveira é que, no Brasil, se formou uma nova classe social, a partir da convergência programática entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e explica que a radicalização do programa de Cardoso realizada por Lula tem como base, por um lado, economistas e tecnocratas dos banqueiros, núcleo duro do PSDB, e o setor dos trabalhadores operadores dos fundos de pensão, núcleo duro do PT. Os dois grupos são chaves no acesso ao controle dos fundos públicos e seriam as duas caras de uma nova e mesma classe (Oliveira 2003). Complementa o anterior afirmando que se vive em uma era de indeterminação a qual as relações entre classe, interesses e representação são difusas e nas suas próprias palavras foram para o espaço. Trata-se de uma dominação de classe globalizada, mas sem política, porque não existe mais a política como possibilidade de realizar políticas nacionais (Oliveira em Basualdo e Arceo: 2006). Para Arruda Sampaio Jr., também há continuidade, dado que o governo de Lula acelerou o processo de reversão neocolonial vigente no Brasil há algumas décadas. Este continuísmo, tanto da política econômica como da filosofia social das políticas, seria um aprofundamento do neoliberalismo, já que todos seus eixos foram radicalizados (Arruda Sampaio Jr.: 2006). Garcia sustenta uma opinião contrária às anteriores, posto que, para ele, a política econômica do atual governo é uma ruptura com a anterior e conseguiu resolver os gravíssimos problemas herdados da administração de Cardoso. Entre outras coisas, reduziu a inflação, diminuiu a relação dívida interna – Produto Interno Bruto (PIB) expandiu o comércio exterior e, com um conjunto de medidas, obteve uma drástica redução da vulnerabilidade externa do país. O Brasil, ademais, saldou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e baixou drasticamente as cifras do risco país. Estas conquistas macroeconômicas seriam importantes para dar sustentabilidade a um novo e prolongado período de desenvolvimento, sem impedir o crescimento do país mesmo que a um ritmo lento no curto prazo (Cf. García: 2006). Por último, de acordo com Boito Jr. o governo de Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição relativa da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. É um deslocamento no interior do grande capital porque as pequenas e médias empresas continuam na mesma posição de subordinação da década passada (Boito Jr: 2005 e Boito Jr. em Caetano 2006)

Tanto as idéias gerais de continuidade e ruptura entendidas linearmente, assim como a noção de indeterminação elaborada por Oliveira, como uma dominação de classe sem relação entre as frações de classe e a política, nos impedem entender as novas configurações no interior dos blocos no poder estudados e sua relação com os governos “pós-neoliberais”. Nossa hipótese secundária como se observam é tributária da análise de Boito Jr. para o Brasil e torna-se extensiva para o caso da Argentina.

c) Venezuela: Del Búfalo enfatiza que Chávez expressa uma mudança nos setores dirigentes políticos que rompe com o velho clientelismo para instalar um novo que inclui o pessoal militar; aprofunda o modelo rentista petrolero com um discurso vazio, em nome do socialismo do século XXI e destaca no plano social as políticas ativas e “Missões” cubanas opositoras da ortodoxia neoliberal (Del Búfalo em Elías: 2006) López Maya possui a visão contrária, considera que Chávez não chegou ao governo por uma correlação de forças de esquerda, mas que sempre buscou uma correção das desigualdades sociais, fomentando permanentemente a participação popular. Realizou junto a um setor militar uma reconstrução do Estado-nação e recuperou a renda petrolera através de uma reforma petrolera, que vincula essa renda com a economia interna (López Maya em Elías: 2006). No mesmo sentido, Woods afirma que Chávez comanda o processo revolucionário das massas pobres venezuelanas no marco de uma revolução socialista na ordem do dia na América Latina (Woods: 2005).

Concorda-se com Del Búfalo no papel que atribui às Forças Armadas no aparato de Estado assim como com López Maya no empoderamento do mesmo, no entanto, nenhum dos dois busca articular as relações entre as frações de classe e o Estado para caracterizar o governo Chávez. De acordo com Woods a burguesia em seu conjunto se encontra fora do bloco no poder como uma classe homogênea e monoliticamente contrária ao governo Chávez. Caracteriza o governo como se fosse exclusivamente uma aliança Chávez-povo pobre, desconsiderando o conceito facção de classe, chave nesta pesquisa.

d) Bolívia: Garcia Linera entende por “evismo” uma estratégia de poder fundada nos movimentos sociais, tomando os marxismos existentes, mas subordinando-os ao indianismo. O Movimento ao Socialismo (MAS), ideologicamente, representa o despertar dos setores subalternos da sociedade boliviana em direção a um novo nacionalismo revolucionário e um novo sindicalismo autônomo da Central Operária Boliviana (COB) impulsionado pelos *cocaleros* com fortes elementos antiimperialistas. Morales realizaria uma revolução descolonizadora das estruturas de poder, uma revolução cultural, política e democrática, mas

não social e deveria ser o impulsor de um verdadeiro “capitalismo andino”, buscando alianças com os sectores médios, posto que essa estratégia definiria o destino do governo (Garcia Linera: 2006). De Souza Santos destaca o moderado das nacionalizações que não incluem expropriações, pois garantem a segurança e continuidade jurídica, pilar de toda democracia (De Souza Santos: 2006). Para Stefanoni, a Bolívia encontra-se frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 30 e 40, com a revolução nacional de 1952 e de um breve ciclo de nacionalismo operário-militar na década de 70. A “encenação” das nacionalizações mediante a ocupação militar dos poços de gás teria como objetivo articular o novo nacionalismo indígena com o velho nacionalismo militar, propondo um novo pacto camponês-militar, procurando sua articulação em um governo indígena popular que pretende incorporar as Forças Armadas ao processo (Stefanoni: 2006). Para Orellana Aillón, estas nacionalizações são muito mais moderadas que as realizadas décadas atrás pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e as teses sobre um capitalismo andino-amazônico poderiam ser interpretadas como uma nova significação da antiga narrativa burguesa que promovia a transformação do pequeno produtor em capitalista, incluindo nesta versão, a industrialização do país e o fomento governamental à formação dessa nova burguesia andino-amazônica (Orellana Aillón: 2006).

Linera realiza uma análise que permite compreender a estratégia política do evismo. No entanto, quando se refere à necessidade de construir um capitalismo andino, não expõe sobre quais frações de classes deveria realizar-se. De Souza Santos preocupa-se com a governabilidade e não com explicar se estamos frente à formação de um novo bloco no poder; enquanto entre as diversas leituras sobre as nacionalizações destacamos que a articulação exposta por Stefanoni entre nacionalismo-indígena e nacionalismo-militar é essencial para entender a idéia de frente no novo bloco no poder boliviano. A formulação de Orellana Aillón permite pensar em uma burguesia de Estado que desde o terreno político tenta formar uma nova burguesia no terreno econômico.

e) Chile: a Concertação Democrática (CD), se integra ao bloco no poder hegemônico pela burguesia compradora e incorpora paulatinamente em seus discursos a idéia de inclusão social. Moulián, afirma que a CD, concebida como uma aliança minimalista entre socialistas e democrata-cristãos, sem questionar os fundamentos macroeconômicos neoliberais instaurados por Pinochet, conseguiu, no plano político, estabilizar uma coalizão governamental no tempo, contrastando com a alternância experimentada no país entre 1950 e 1973. Sua política é frágil em matéria de direitos humanos; impulsiona moderadas reformas

políticas e busca melhorar e aprofundar o modelo neoliberal, no marco de uma política internacional que tem como objetivo a busca de acordos de livre comércio, visualizada como a fórmula exclusiva para ocupar algum lugar na globalização (Cf. Moulián: 2006). A leitura de Moulián nos permite obter uma visão geral do Chile contemporâneo, porém, não expõe quais são as frações de classe no bloco no poder chileno como pretendemos realizar nesta pesquisa.

Enfim, este é um trabalho teórico com duas partes diferenciadas: um debate teórico político conceitual e uma análise dos processos políticos a partir de hipóteses, que incluem conceitos centrais prévios que permitem entender: populismo, bonapartismo e democracia na contemporaneidade latino-americana. O resultado esperado uma vez realizado o balanço da conceptualização teórica será utilizar estes conceitos nas hipóteses e caracterizações para melhorar as análises destes relevantes processos políticos.

BREVE DIFERENCIAÇÃO ENTRE BONAPARTISMO E CESARISMO

Para Karl Marx no XVIII Brumário é muito importante explicar o processo de crise política que leva ao surgimento do Bonapartismo. Conceitualmente consideramos chave a separação analítica entre o econômico, o político e o social, mas sempre considerada no marco de uma totalidade. Articulando nas análises interesses materiais e conflitos; classes e frações de classes e a representação de interesses no plano político.

É importante realizar a comparação entre a situação política em esse período histórico e as realidades dos países latino-americanos estudados. A república parlamentar era muito mais que o campo neutral no qual as duas principais frações burguesas francesa, orleanistas e legitimistas, a grande propriedade territorial moderna, os latifundiários e a indústria poderiam conviver com igualdade de direitos. Isso era a condição para seu domínio inevitável em comum, era uma forma de governo na qual seu interesse geral de classe, podia submeter às reivindicações das demais frações da burguesia e as das outras classes da sociedade.

A política é o terreno onde os interesses da burguesia em geral podem ‘se - unificar’ e impor seu domínio ao resto das classes na sociedade. As classes podem ser visualizadas desde esta perspectiva, como mínimo em dois níveis. Num primeiro nível é a classe, quando Marx faz referência ao interesse de classe em geral, que não é o interesse de nenhuma fração da burguesia em particular senão o da burguesia em geral.

A república parlamentar serviu de fusão dando lugar a este interesse geral da burguesia. A expressão de seus interesses exclusivos de fração deviam se tornar expressão de seu interesse de classe comum.

Quando a tentativa de fusão fracassa, destruírá também sua fusão parlamentar, a forma de governo republicana e fragmentará aos membros do partido da ordem, voltando a seus originários, os quais pela sua vez também subdividem-se.

Este processo explode com os conflitos sobre a Reforma Constitucional, que tem como conseqüência o conflito Constituição/Parlamento, o que questionará a viabilidade histórica do partido da ordem. O partido da ordem dentro do Parlamento nos mostra também o conflito entre a burguesia e os representantes da burguesia, a crise política.

O bonapartismo, é um conceito que citado mais acima e que é definido como uma aliança de frações de classe na qual aparece como unidade nacional e uma estabilidade política sustentada pelo exército, por esse motivo muitas vezes Chávez é apontado como Bonapartista. Antônio Gramsci diferencia bonapartismo de cesarismo, podendo em algum caso ser este último “progressivo” para o comunista italiano. Marx mostra como o fenômeno do bonapartismo aparece aparentemente como por fora dos interesses das classes e frações de classes em luta num período de crise política, mas igualmente garante a dominação burguesa. O bonapartismo é definido como uma aliança de frações de classe que aparece como unidade nacional sustentada pelo exército, por esse motivo muitas vezes Chávez é apontado como Bonapartista. Igualmente, segundo nossa hipótese, não estaríamos frente a um governo bonapartista ou cesarista, senão frente ao processo de formação de uma burguesia de estado que se articula com uma nova fração da burguesia que denominaremos bolivariana comercial importadora e que conformam uma aliança que hegemoniza um bloco no poder que pela sua vez continua sendo rentista petroleiro e que não questiona essencialmente a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo, mas apresenta elementos nacionalistas e anti-imperialistas no discurso.

CONCLUSÕES

Este trabalho foi a tentativa de realizar um debate no campo da teoria política que permita uma análise dos processos políticos latino-americanos focando nas caracterizações dos governos pós-neoliberais latino-americanos que estão chegando a um fim de ciclo. Estudamos os governos de diferentes países durante o período denominado "pós-neoliberal" que nos serviram de exemplo: Argentina nas presidências dos Kirchner, Brasil na de Lula,

Bolívia na de Morales e Venezuela na de Chávez e até incorporamos alguma menção a primeira presidência de Michelle Bachelet em Chile. Isto tem relevância em dois sentidos: em termos teóricos permite uma adequada conceituação, na medida que esses conceitos ao ser utilizados de forma geral perdem valor explicativo e em termos de análise político e política comparada já que permite caracterizar melhor estes governos e com uma adequada conceituação aprofundamos o entendimento destes processos políticos, marcando rupturas e continuidades em relação ao período anterior nos países e comparando entre eles. Nesta perspectiva os conceitos tiveram como objetivo entregar elementos para entender as relações entre classes, frações de classes, governo e Estado que caracterizam de forma específica cada um destes governos e suas inter-relações no cenário global.

FEATURING THE LATIN-AMERICAN “POST NEOLIBERAL” GOVERNMENTS

ABSTRACT

The objective of this paper is to have a debate in the field of political theory that would allow an analysis of the political processes focusing on the links between social classes, class fractions and the power bloc in governments' post-neoliberal Latin American. The governments of four countries during the period called "post-neoliberal": in Argentina presidencies of Kirchner, Lula in Brazil, Morales in Bolívia and Chávez in Venezuela. We understand ruptures and continuities in the previous period and compare. Concepts we use to understand the relationships between classes, class fractions, government and state that characterize so specifies each of these governments and their interrelations with imperialism. We will use hypotheses to characterize these governments.

Keywords: Latin America , State , crises, governments ' post- neo-liberal " and political processes.

NOTAS

¹ O uso dos parênteses é para ressaltar o ano em que os devidos presidentes assumiram o governo e todos têm o direito constitucional de governar ao mínimo até 2007.

² Apesar de ser um conceito polemico será utilizado de forma hipotética, no entanto, até o momento é o melhor que explica a articulação entre a fração de classe e Estado nos governos “pós-neoliberais” da região Andina, principalmente Venezuela e em menor escala Bolívia e Equador.

REFERÊNCIAS

AIZICZON, F.; *Zanon: una experiencia de lucha obrera*; Buenos Aires: El Fracaso/Herramienta; 2009.

ARRUDA SAMPAIO Jr., P. Encuentro Departamento de Industrias y agroindustrias de la Plenario Intersindical de los Trabajadores-Convención Nacional de los Trabajadores (EDIA-

PIT-CNT) In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BADIE, B. e HERMES, G.; *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BASUALDO, E. e ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. São Paulo: Clacso, 2006.

BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In CAETANO (Org.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____; A burguesia no governo Lula. **Revista Crítica Marxista** n. 21, Campinas, p. 52-76, novembro de 2005.

BORON, A. Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. **Revista Lutas Sociais**, v.17/18, São Paulo, p. 9-22, 1º semestre 2007.

_____. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____; *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1991.

_____; *A coruja de minerva, mercado contra a democracia no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Vozes; 2001.

CAETANO, G. (Org.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Desarrollo y dependencia em América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. México D.F.: Siglo XXI, 1998.

CHAVEZ, H.; *El golpe fascista en Venezuela*. Havana: La Plaza; 2003.

CHILCOTE, R. *Teorías de política comparativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEL BÚFALO, E. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

GAK, A. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

GARCÍA, M. A. Debate. Programa de governo do PT. A reconstrução da esperança. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 65, fevereiro-março 2006.

GARCÍA LINERA, Á. El evismo: lo nacional popular en acción. **Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, Buenos Aires, n. 19, p.25-32, enero-abril 2006.

GOHN, M.; *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*; São Paulo: Loyola; 1997.

GRAMSCI, A.; 2004; *Escritos Políticos (1921-1926)*; volume 2; Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

_____; 2000; Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política In *Cadernos do Cárcere*, Volume 3; Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

KATZ, C. *El rediseño de América Latina. ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

LACLAU, E.; *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2005.

LACLAU, E. e MOUFFE, C.; *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI; 1987.

LANDER, E. (org.); *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*; São Paulo: Clacso; 2005.

LINZ, J. e STEPAN, A. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemónica In CAETANO (Org.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____; EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LOZANO, C. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. *Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo; 2007

_____; *Simón Bolívar*. Madrid: Sequitur, 2006.

MIRZA, C. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MOULIÁN, T. El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio. **Revista del OSAL**, Buenos Aires, n. 19, p.131-135, enero-abril 2006.

_____; *Chile actual: Anatomía de un mito*. Santiago: LOM-ARCIS, 1997.

MUTTI, A. e SEGATTI, P. *A burguesia de Estado. Estrutura e funções da empresa pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In BASUALDO, E. e ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. São Paulo: Clacso, 2006.

_____; *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORELLANA AILLÓN, L. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.45-54, janeiro-abril 2006.

PETRAS, J. América Latina: Cuatro bloques de poder. **Revista Lutas Sociais**, v.17/18, São Paulo, p. 78-82, 1 ° semestre 2007.

POULANTZAS, N. *Las clases sociales en el capitalismo actual*. Madrid: Siglo XXI, 1990.
_____. *A crise das ditaduras. Portugal, Grecia, Espanha*. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.

QUIJANO, A. Estado-nación y “movimientos indígenas” en la región andina: cuestiones abiertas. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.15-24, enero-abril 2006.

SALLUM Jr., B. *Brasil e Argentina hoje política e economia*. Bauru: EDUSC, 2004.

SOUZA SANTOS, B. Evo Morales e a democracia. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.15-24, enero-abril 2006.

STEFANONI, P. El nacionalismo indígena en el poder. **Revista del OSAL** Buenos Aires, n. 19, p.37-44, enero-abril 2006.

SVAMPA, M.; *El Estado de las luchas en Argentina*; artículo publicado en "Etat des résistances dans le Sud - 2007", Syllepse, (Paris)- CETRI (Louvain-la-Neuve). Diciembre de 2006.

SVAMPA, M. e PEREYRA, S.; *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos; 2004.

WOODS, A. *La revolución bolivariana. Un análisis marxista*. Madrid: Fundación Federico Engels, 2005.

ŽIŽEK, S.; *El espinoso sujeto. El centro ausente de la ontología política*. Buenos Aires-Barcelona-México: Paidós; 2001.